



Uma análise de implícitos como estratégia discursivo-argumentativa sob a perspectiva da Teoria Semiollingüística do Discurso

Lúcia Helena Martins Gôuvea

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil

orcid.org/0000-0002-8743-4033

Maria Cristina Vieira Bastos

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil

orcid.org/0000-0003-3984-8861

Isabelle Lins Taranto Barbosa

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil

orcid.org/0000-0001-8665-1397

Neste artigo, discutimos as estratégias discursivo-argumentativas empregadas pelo sujeito falante para transpor em linguagem a sua representação do real, captando, assim, a atenção de seu interlocutor e, com isso, influenciando-o mais facilmente. Com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Teoria Semiollingüística do Discurso (TSD), de Patrick Charaudeau (2007, 2008, 2013), propomos uma análise dos implícitos a partir de duas estratégias que fundamentam a estrutura do real: a ironia e o argumento do excesso. Para isso, selecionamos duas tirinhas de *Mafalda* e uma crônica de Luís Fernando Veríssimo, de modo a observar (i) a presença ou a ausência de cada uma dessas estratégias e (ii) o quanto cada uma contribui para a construção dos graus de implicitude e explicitude no discurso e dos efeitos de sentido produzidos no texto.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Teoria Semiollingüística do Discurso. Modo de Organização Argumentativo. Argumentação por Implícitos.

Un análisis de implícitos como estrategia discursivo-argumentativa desde la perspectiva de la Teoría Semiollingüística del Discurso

En este artículo, discutimos las estrategias discursivo-argumentativas empleadas por el sujeto hablante para transponer en lenguaje su representación de lo real, captando así la atención de su interlocutor y, con eso, influenciándolo más fácilmente. Con base en los presupuestos teórico-metodológicos de la Teoría Semiollingüística del Discurso (TSD), de Patrick Charaudeau (2007, 2008, 2013), proponemos un análisis de los implícitos a partir de dos estrategias que fundamentan la estructura de lo real: la ironía y el argumento del exceso. Para ello, seleccionamos dos tiras de *Mafalda* y una crónica de Luis Fernando Veríssimo, para observar (i) la presencia o ausencia de cada una de estas estrategias y (ii) cuánto contribuye cada una a la construcción de los grados de implicación y explicitación en el discurso y de los efectos de sentido producidos en el texto.

Palabras clave: Análisis del Discurso. Teoría Semiollingüística del Discurso. Modo de Organización Argumentativo. Argumentación por Implícitos.

An analysis of implicit as discursive-argumentative strategy from the perspective of Semiollingüistic Theory of Discourse

In this article, we discuss the discursive-argumentative strategies employed by the speaking subject to transpose in language his representation of reality, thus capturing the attention of his interlocutor and, with this, influencing him more easily. Based on the theoretical-methodological assumptions of the Semiollingüistic Theory of Discourse (STD), by Patrick Charaudeau (2007, 2008, 2013), we propose an analysis of the implicit from two strategies that underlie the structure of reality: irony and the argument of excess. For this, we selected two comic strips of *Mafalda* and a chronicle of Luís Fernando Veríssimo, in order to observe (i) the presence or absence of each of these strategies and (ii) how each one contributes to the construction of the degrees of implicitness and explicitness in the discourse and the effects of meaning produced in the text.

Keywords: Discourse Analysis. Semiollingüistic Theory of Discourse. Argumentative Mode of Organization. Implicit Argumentation.

Introdução

Este artigo tem por objetivo analisar algumas estratégias empregadas pelo sujeito comunicante [EUc] para transpor, em linguagem, a sua representação do real, captando, assim, a atenção de seu interlocutor e, com isso, influenciando-o mais facilmente. Isso é possível porque, em toda troca, o sujeito comunicante [EUc]/sujeito enunciador [EUe] tem uma finalidade: produzir um efeito no sujeito interpretante [TUi]/sujeito destinatário [TUd], e é visando a esse efeito que faz escolhas, lança mão de estratégias linguístico-discursivas capazes de persuadi-lo a construir o sentido por ele almejado. Essas escolhas são determinadas por situações de comunicação específicas, ou seja, estruturadas por elementos externos – quem produziu, para quem, o que foi dito, sob quais circunstâncias, com que finalidade, quais informações foram deixadas implícitas/explicitas – que colaboram para a construção do sentido.

Como explica Charaudeau (2013, p. 40), o “sentido nunca é dado antecipadamente. É construído pela ação languageira do homem em uma situação de troca social”, isto é, por meio de um processo de discursivização em que a realidade é (re)construída através da linguagem por meio de “um conjunto de estratégias capaz de transformar a língua em discurso” (Pauliukonis; Gouvêa, 2012, p. 59). É o discurso, pois, que nos interessa, o uso da língua determinado por uma situação comunicativa específica, regulado por um contrato social e praticado por um sujeito social e individual.

Dentre os recursos utilizados pelo [EUc]/[EUe] neste processo de discursivização do mundo, destacamos a argumentação, que, segundo Fiorin (2015), apoiado em Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), pode ser elaborada de diferentes formas: por meio de argumentos quase lógicos, de argumentos fundamentados na estrutura da realidade ou, ainda, de argumentos que fundamentam a estrutura do real. Neste artigo, nosso interesse recai sobre esta última forma: argumentos que fundamentam a estrutura do real, em especial, as estratégias de ironia e de argumento do excesso, e como ambas colaboram para a construção da argumentação por implícitos.

Em vista disso, selecionamos para nossa análise dois gêneros discursivos, a tirinha e a crônica, que frequentemente exploram a ironia e/ou o argumento do excesso como estratégias discursivo-argumentativas, de modo a investigar o quanto elas influenciam na construção dos implícitos e, conseqüentemente, nos sentidos do texto. Nossos objetos de estudo, são, pois, duas tirinhas de *Mafalda* e uma crônica de Luís Fernando Veríssimo, intitulada *Aprenda a chamar a polícia*.

Para tanto, adotaremos como base teórica a Teoria Semiolinguística do Discurso (doravante TSD) de Patrick Charaudeau (2007, 2008, 2013), uma das teorias da Análise do

Discurso (doravante AD) que estuda a língua sob uma abordagem social, cognitiva, interativa e comunicacional; o capítulo “Argumentos que Fundamentam a estrutura do real”, de Fiorin (2015), mais precisamente a argumentação por implícitos e o argumento do excesso; algumas considerações acerca de pressupostos e subentendidos (Cabral, 2011); além das noções de ironia, segundo Berrendonner (1988 *apud* Lins, 2009).

Optamos pela TSD porque essa perspectiva engloba em sua análise do discurso, e conseqüentemente do texto¹, uma problemática do sentido, a qual consiste em relacionar fatos da linguagem a fenômenos psicológicos e sociais – a *ação* e a *influência* (Charaudeau, 2007) – para a construção do sentido. Isso significa dizer que o sentido é compreendido “em função de um projeto de *influência* e da *ação* do sujeito enunciador sobre o sujeito receptor/destinatário em determinado contexto situacional” (Pauliukonis; Gouvêa, 2012, p. 50, nossos destaques), o qual é regulado por um *contrato social*.

Nosso trabalho será estruturado da seguinte forma: uma abordagem dos principais conceitos que fundamentam a TSD, seguida de uma explicação acerca do modo de argumentação do discurso (Charaudeau, 2008). Logo após, abordaremos as definições dos argumentos que fundamentam a estrutura do real (Fiorin, 2015), remontando a Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), em especial à argumentação por implícitos, termo guarda-chuva que abarca a ironia e o argumento do excesso como estratégias discursivo-argumentativas. Complementaremos a explicação de cada estratégia com a análise dos dois gêneros mencionados acima, a saber, tirinha e crônica, de modo a demonstrar o seu funcionamento no discurso. Por fim, apresentaremos nossas considerações finais.

1 Considerações sobre a Teoria Semi linguística do Discurso, de Patrick Charaudeau

Os estudos centrados puramente no código aos poucos foram substituídos por uma análise que privilegia o sujeito e a língua em situações efetivas de uso. Se antes predominava uma concepção que priorizava a descrição da língua, isto é, voltada para sua própria organização e regras de conformidade, agora o enfoque recai sobre o material linguístico em uma situação comunicativa: o discurso. Assim, para além das regras inerentes ao sistema, busca-se compreender *do que* fala a língua, o modo *como* se fala/escreve e sob quais *circunstâncias* se fala/escreve.

¹ Entendemos o conceito de texto como discurso, ou seja, um evento, uma unidade comunicativa (MARCUSCHI, 2008) na qual convergem elementos linguísticos, extralinguísticos, pragmáticos, multimodais e multifuncionais que, quando partilhados pelos sujeitos sociais, estabelecem a comunicação e a construção de sentidos. Nas palavras de Koch (2008, p. 200), “o texto é um lugar de interação de sujeitos sociais, os quais, dialogicamente, nele se constituem e são constituídos; e que por meio de ações linguística e sociocognitiva, constroem objetos de discurso e proposta de sentido”.

Em meados da década de 1980, o linguista francês Patrick Charaudeau apresenta a TSD, uma vertente da AD que, ao abordar o ato de comunicação, examina sua constituição linguístico-discursiva, os aspectos psicossociais dos sujeitos comunicantes, bem como o contrato de comunicação estabelecido entre eles.

A proposta de AD, desenvolvida por Charaudeau, defende que língua, sujeito e mundo estão intrinsecamente relacionados, não há como (re)conhecer um sem o outro. É por isso que nos estudos da linguagem há de se considerar tanto fenômenos externos (lógica das ações e influência social) quanto internos (construção de sentidos e do texto), pois é a partir da imbricação “das condições extradiscursivas e das realizações intradiscursivas” (Charaudeau, 2013, p. 40) que o sentido é produzido. Esta *problemática do ato de linguagem*, isto é, de análise do discurso, entende a construção do sentido como uma relação entre forma-significado, que ocorre em diferentes contextos, e é resultante de diversas operações linguístico-discursivas subjetivas. O contexto, por sua vez, é determinado por uma situação comunicativa bem definida e regulado por um *contrato social*, que constitui a base de estudos da TSD, vertente da AD que adotaremos para guiar nosso trabalho.

A TSD idealizada por Patrick Charaudeau busca investigar o ato de comunicação, ou seja, o discurso, a sua constituição linguístico-discursiva. O discurso envolve os aspectos sociais, psicológicos, culturais e históricos nele inscritos, bem como a construção de sentidos sob a responsabilidade de um sujeito intencional, designado por Charaudeau (2007, p. 11) como “psico-sócio-linguageiro”, o qual tem seu projeto de fala regido por um *contrato* de comunicação. Nas palavras do linguista francês,

Eis porque a posição que tomamos na análise do discurso pode ser chamada de *semiolinguística*. *Semio-*, de “semiosis”, evocando o fato de que a construção do **sentido** e sua continuação se fazem através de uma relação forma-sentido (em diferentes sistemas semiológicos), sob a responsabilidade de um sujeito intencional, com um projeto de influência social, num determinado quadro de ação; *linguística* para destacar que a matéria principal da **forma** em questão – a das **línguas naturais**. Estas, por sua dupla articulação, pela particularidade combinatória de suas unidades (sintagmático-paradigmática em vários níveis: palavra, frase, texto), impõe um procedimento de semiotização do mundo diferente das outras linguagens. (Charaudeau, 2007, p. 13).

Esse procedimento de semiotização do mundo, ao qual se refere o autor, realiza-se por meio de dois processos: *transformação* e *transação*, e é por meio deles que os sujeitos de um ato comunicativo constroem os sentidos em uma certa situação de troca.

O primeiro processo, *transformação*, está relacionado à seleção do material linguístico. Nesse procedimento, o sujeito falante parte de um “mundo a significar” (mundo referencial) com o intuito de transformá-lo em um “mundo significado” (mundo textual-discursivo). Para

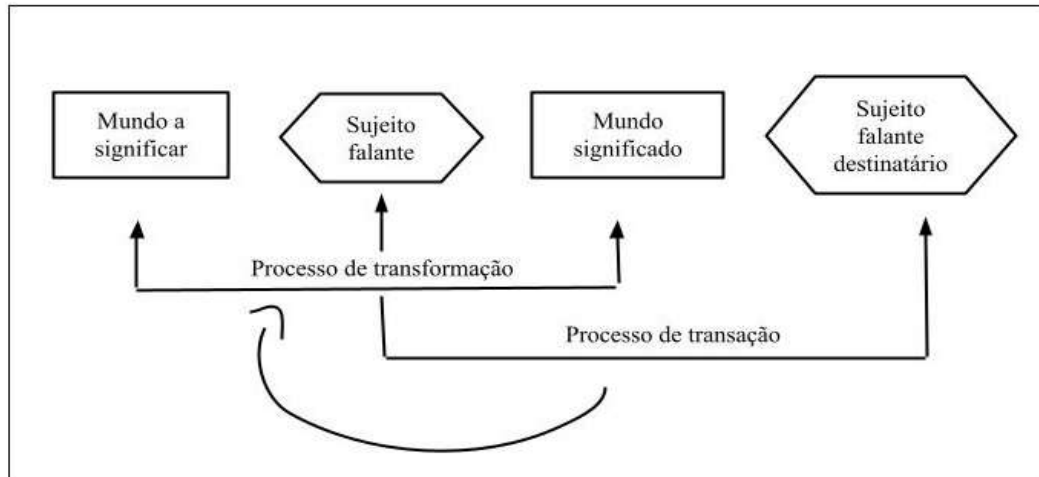
isso, são necessárias algumas operações, segundo Charaudeau (2007, p. 14), a saber: (i) a *identificação*: processo de conceitualização, nominalização dos seres; (ii) a *qualificação*: processo de caracterização, especificação dos seres; (iii) a *processualização*: processo de verbalização, os seres sofrem ou praticam a ação; (iv) a *modalização*: explicita a razão pela qual os seres sofrem ou praticam a ação; e (v) a *relação*: conexão entre os elementos linguístico-discursivos (preposições, conjunções, pronomes etc.).

Pauliukonis e Bastos (2021) explicam que o chamado “mundo significado” se converte em um objeto de troca entre um sujeito falante e um sujeito destinatário, caracterizando, assim, o segundo processo, o de *transação*. Este, por sua vez, realiza-se segundo quatro princípios: (i) o *princípio de alteridade*: estabelece uma troca, uma interação entre dois parceiros, os quais se reconhecem como semelhantes e diferentes; (ii) o *princípio de pertinência*: diz respeito à necessidade de os parceiros partilharem um universo de referência em comum, de forma que os saberes inscritos no ato de linguagem sejam apropriados ao contexto e finalidade; (iii) o *princípio de influência*: põe em evidência o fato de os parceiros da troca admitirem ser alvos de influência de um sujeito que visa a orientar seus pensamentos, sentimentos e emoções; e (iv) o *princípio de regulação*: consiste no (re)conhecimento dos parceiros sobre o ato de linguagem do qual participam e das estratégias feitas no interior de um quadro situacional, possibilitando, com isso, uma intercompreensão mínima.

Charaudeau (2007) argumenta que os procedimentos de transformação e transação são diferentes, já que há uma hierarquia solidária entre eles: cabe ao processo de transação regular o de transformação. Dessa forma, não podemos analisá-los como procedimentos estanques, mas complementares, uma vez que, juntos, representam o quadro de semiotização do mundo e constituem a base de um *contrato* de comunicação. Ainda segundo o autor, sob a égide desse *contrato*, há a concretização de todo ato de comunicação, o qual se realiza por meio de uma *mise-en-scène* discursiva, isto é, uma encenação.

No Quadro 1, abaixo, apresentamos um esquema que ilustra o funcionamento desses dois processos:

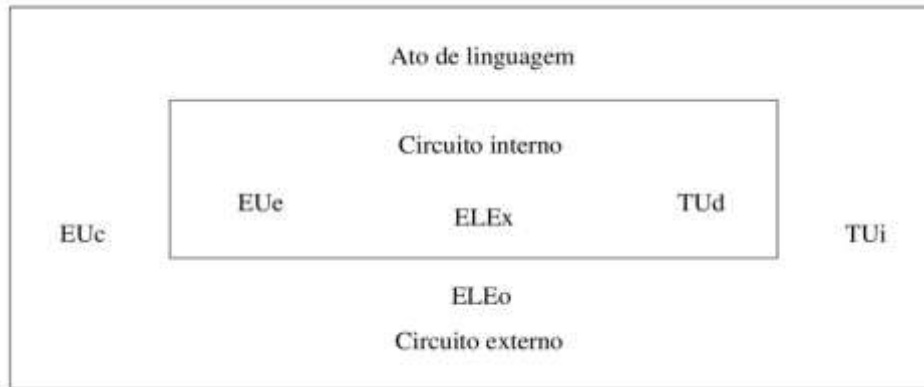
Quadro 1: Dinâmica do ato comunicativo



Fonte: Charaudeau (2007, p. 17)

Essa encenação é uma representação de como funciona a dinâmica do ato comunicativo, no qual se conjugam tanto características próprias à situação de troca (dados externos) quanto características discursivas decorrentes (dados internos) (cf. Charaudeau, 2013). Ela conta com a participação de quatro sujeitos interactantes, responsáveis pela produção e interpretação do discurso, inscritos em dois circuitos: um interno e o outro externo. O circuito interno é o lugar da instância discursiva, o espaço em que se encena o dizer; nele, participam os protagonistas, sujeito enunciativo [EUE] e sujeito destinatário [TUD], os chamados seres da palavra e que não necessariamente coincidem com os sujeitos reais. O circuito externo, em contrapartida, é o lugar da instância situacional, representa a própria situação comunicativa; nele, atuam os parceiros, sujeito comunicante [EUC] e sujeito interpretante [TUI], que são seres sociais da troca, seres reais.

Assim, o processo enunciativo do ato de linguagem proposto por essa teoria pode ser esquematizado da seguinte forma:

Quadro 2: Processo enunciativo do ato da linguagem

Fonte: Lins (2009)

Outro conceito também relevante para a TSD é o de *contrato*, definido como um conjunto de regras responsáveis por regular o que é ou não permitido durante o ato de produção e de interpretação de textos (sejam orais, sejam escritos). Assim como no domínio jurídico, é a noção de *contrato* que:

[...] permite o reconhecimento mútuo entre os parceiros da troca linguageira, os papéis que cada um assume no ato (identidade), bem como o reconhecimento dos objetivos desse ato (finalidade) e do objeto da troca (o propósito), consideradas as coerções materiais/situacionais que o sobredeterminam (circunstâncias materiais e o dispositivo)” (Pauliukonis; Bastos, 2021, p. 86).

O *contrato*, então, impõe algumas restrições de uso do material verbal ao sujeito falante, que, visando a concretizar seu ato de linguagem, precisa recorrer a diferentes estratégias e categorias de língua permitidas pelo próprio discurso. Dessa forma, o ato comunicativo pode ser comparado a um “jogo”: apresenta restrições próprias à situação comunicativa, que precisam ser partilhadas, (re)conhecidas e seguidas pelos sujeitos da interação, e uma margem de manobra “que lhe permite realizar seu projeto de fala pessoal, ou seja, que lhe permite manifestar um ato de individualização” no qual o sujeito falante “pode escolher os modos de expressão que correspondam a seu próprio projeto de fala” (Charaudeau, 2013, p. 71).

Por isso, Charaudeau (2013, p. 71) diz que o sujeito falante está sobredeterminado apenas em parte pelo *contrato* de comunicação, encontra-se em uma situação de “liberdade vigiada”. Está em liberdade, porque pode escolher os modos de organização que mais se ajustam à concretização de seu ato de fala; e vigiada, porque esses mesmos modos precisam submeter-se a certas restrições situacionais e discursivas impostas pela troca. Esses modos de expressão/organização referidos pelo linguista são denominados de *Modos de Organização do Discurso* e são responsáveis por ordenar a matéria linguística segundo a finalidade comunicativa

dos sujeitos falantes. Ao todo, são quatro os *Modos*: o enunciativo, o descritivo, o narrativo e o argumentativo.

O *Modo de organização enunciativo* é caracterizado por orientar os outros três, intervindo em sua *mise-en-scène* discursiva. Refere-se, pois, à forma como [EUc], ao se apropriar da língua, intervém para ordenar o discurso. Apresenta três comportamentos, estruturados de acordo com a ação almejada pelo locutor do enunciado: (i) o *elocutivo*: comportamento relacionado ao modo como o enunciador se projeta no discurso, isto é, a posição que toma perante o mundo (EU → ELE); (ii) o *alocutivo*: comportamento que expressa o modo como o locutor interage, influencia seu interlocutor (EU → TU); e (iii) o *delocutivo*: comportamento que faz referência a outros discursos e ao posicionamento que o locutor toma em relação a eles (ELE). No *Modo enunciativo*, diz-se que os enunciadores constroem uma imagem tanto para si quanto para os seus interlocutores, ou seja, inscrevem na língua sua subjetividade, a qual dialoga com outras subjetividades (Pauliukonis; Gouvêa, 2012). Eis porque é considerado um *Modo* que perpassa os outros.

O *Modo de organização descritivo* relaciona-se à maneira como o sujeito nomeia e caracteriza os seres, os objetos e os processos, assim como os situa no mundo, conferindo-lhes existência estática. O *Modo de organização narrativo*, por sua vez, apresenta uma sequência ordenada de ações, de fatos encadeados, não sendo, portanto, estático. Por fim, o *Modo de organização argumentativo*, ao qual dedicaremos mais atenção neste artigo, diz respeito à maneira como o locutor expõe e sustenta um ponto de vista, estabelecendo relações de causalidade, com o intuito de persuadir, influenciar seu interlocutor.

Na seção seguinte, abordaremos em mais detalhes as características do *Modo argumentativo*, uma vez que nosso interesse primeiro é investigar as estratégias argumentativas selecionadas pelo sujeito falante em uma situação de troca.

2 O modo de organização argumentativo

De acordo com Charaudeau (2008), o *Modo de organização argumentativo* difere dos demais modos por estar em contato com apenas um saber, que tenta, por meio de operações do pensamento, levar em conta a experiência humana. Ao contrário do *Modo narrativo* (em que não se pode anular uma narrativa), uma argumentação pode ser anulada em seu próprio fundamento, ou, a depender do caso, sua validade pode ser anulada.

Embora a argumentação como objeto de estudo da linguagem seja relativamente recente, sabemos que há estudos sobre ela, na área das ciências humanas, desde antes do século V a.C., remontando à tradição grega, sendo suas primeiras reflexões atribuídas a Aristóteles (384-322

a.C.). Charaudeau (2008) explica que, desde a retórica, a argumentação sempre exerceu fascínio nos antigos, os quais fizeram dela o próprio fundamento de *arte de persuadir* e o objeto de vários estudos sob perspectivas diversas até os dias atuais.

Charaudeau (2008), sem querer deslegitimar o ponto de vista adotado por outras teorias, ao elaborar a TSD, pretende apresentar as noções de base do *Modo argumentativo*. O objetivo é fazer com que se compreenda como funciona “a *mecânica do discurso argumentativo*; ou seja, não queremos tratar de um tipo de texto, mas dos *componentes e procedimentos* de um modo de organização discursivo” (Charaudeau, 2008, p. 202-203), o qual conduzirá à identificação das combinações em qualquer texto em particular.

Para o autor, argumentar é, portanto, uma atividade discursiva que se encontra frequentemente no que está implícito (cf. Charaudeau, 2008) e que, do ponto de vista do sujeito, participa de uma dupla busca: de racionalidade e de influência. Isso é o que podemos observar, em maior grau, na proposta de análise da tirinha da *Mafalda* e, em menor grau de implicitude, na crônica, *Aprenda a chamar a polícia*, de Luís Fernando Verissimo.

3 Argumentos que fundamentam a estrutura do real

Ao teorizar sobre os argumentos que fundamentam a estrutura do real, Fiorin (2015), remontando a Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), afirma que são aqueles argumentos que dizem respeito aos modos de organização da realidade, ou seja, os argumentos indutivos ou analógicos, em que se generaliza a partir de um caso particular, ou aqueles em que se transpõe para outro domínio o que é aceito no campo particular. Para o primeiro caso, o autor apresenta os argumentos por *exemplo*, por *ilustração* ou por *modelo* e, para o segundo, o *argumentum a simili* (por analogia) (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 399-465).

No entanto, como já mencionado, neste artigo, do capítulo de Fiorin (2015): “Argumentos que fundamentam a estrutura do real”, trataremos apenas da subseção “Outras técnicas argumentativas”, mais especificamente, a argumentação por implícitos e a sua construção por meio das estratégias de ironia e do argumento do excesso. Sendo assim, nossa análise será baseada no arcabouço teórico da TSD de Charaudeau (2007, 2008, 2013).

3.1 A argumentação por implícitos

Fiorin (2007) propõe que os conteúdos dos atos de fala podem ser explícitos (postos) e implícitos (pressupostos e subentendidos), fundamentando essa classificação na proposta de Kerbrat-Orecchioni (1998), inspirada no linguista Oswald Ducrot (1987). Em Fiorin (2015), a apresentação de uma tese por implícitos pode ser uma estratégia argumentativa visando a

apresentar como evidente o que de fato não é. De acordo com o autor, “o implícito é o que se diz sem dizer, é aquilo que se apresenta como evidente por si mesmo” (Fiorin, 2015, p. 206), cuja inferência pode dar-se por meio de duas operações: uma lógica, em que estabelecemos uma implicação: se... então; e uma pragmática, em que levamos em conta o contexto verbal e não verbal e os princípios que regem a comunicação.

Logo,

[...] deixar informações implícitas não significa necessariamente manipular ou enganar. Há coisas que se compreendem sem que seja necessário dizê-las. São as informações que já se conhecem ou que se podem facilmente inferir. Nada é mais torturante do que conversar com pessoas que não sabem fazer implícitos e dizem tudo nos mínimos detalhes. Operamos sempre com implícitos. (Fiorin, 2015, p. 206).

Cabral (2011) acrescenta que as formas implícitas cumprem a função de dizer o que queremos sem que sejamos obrigados a assumir que dissemos. Para a autora, podemos separar os procedimentos de implicação em duas categorias: (i) os discursivos, que dependem do contexto de enunciação e de um raciocínio do interlocutor para serem reconstruídos; e (ii) os não-discursivos, que são inscritos na significação dos elementos que compõem o enunciado. Assim, nos primeiros, temos os subentendidos e, nos segundos, os pressupostos.

É importante ressaltar que os implícitos nos enunciados sempre cumprem uma função nas interações verbais e, frequentemente, são dotados de força argumentativa. Os subentendidos, por não estarem inscritos no enunciado, dependem de um raciocínio do interlocutor em torno do enunciado. Já os pressupostos, sempre encerram dois conteúdos, um posto e outro pressuposto. Um exemplo prototípico de pressuposição no enunciado é: “Paulo parou de fumar”, em que o que está posto é “Paulo não fuma”, e o que está pressuposto é “Paulo fumava” (Cabral, 2011, p.63).

Na análise da tira de quadrinhos, buscamos descrever o ato de linguagem irônico, observando as considerações de Berrendonner (1988 *apud* Lins, 2009), sobre o valor argumentativo das contradições utilizadas estrategicamente na construção da ironia e sobre a duplicidade enunciativa, ou seja, o duplo nível de enunciação. Além disso, levamos em conta, também, o aspecto psicossocial dos sujeitos comunicantes, apontado pela Semiologia.

A ironia, presente nas relações intersubjetivas, tem sido objeto de estudo não só da Linguística, mas também da Psicologia, da Filosofia, da Sociologia, entre outras áreas. Tema recorrente nas interlocuções sociais vem ganhando papel de destaque nos estudos da AD, que buscam explicitar seu funcionamento, elevando-a de simples figura da retórica à importante estratégia discursivo-argumentativa.

Dentre os vários estudos sobre o processo irônico, destacamos neste artigo os trabalhos de Charaudeau (1983) e Berrendonner (1988 *apud* Lins, 2009). Não faremos, no entanto, uma pesquisa aprofundada no assunto, o que ultrapassaria nosso objetivo, mas pretendemos analisar de que forma os processos discursivo-argumentativos contribuem para desencadear a ironia nos textos escolhidos.

Segundo Berrendonner (1988 *apud* Lins, 2009), a ironia seria uma espécie de paradoxo discursivo, figura de linguagem que leva a entender o contrário do que se diz. Recorrendo à tradição retórica, o autor define a ironia como uma “contradição lógica”, isto é, um enunciado é irônico quando uma proposição p , de uma parte, e uma proposição q , de outra parte, são simultaneamente apresentadas como válidas no engendramento da contradição. Dessa forma, obrigam o destinatário a escolher um dos termos, pois um deles representa o que realmente pensa o locutor, e o outro é falso.

Conforme Charaudeau (1983 *apud* Lins, 2009), a Semiologia, ao abordar a comunicação, leva em consideração o aspecto psicossocial dos sujeitos comunicantes. Desse modo, é a relação contratual entre locutor e alocutário, em termos de “saberes partilhados”, que vai propiciar a compreensão da intencionalidade irônica. Isso porque a concepção de ironia, como estratégia discursiva e argumentativa, não se dá apenas no nível do enunciado, do dito, mas também no nível do ambiente situacional e discursivo, nos quais os interlocutores e a enunciação estão inscritos. Passa-se, pois, de um dito a outro, mais explícito ou menos implícito, no produto enunciado (Lins, 2009).

As tirinhas, por exemplo, constituem um gênero discursivo formado por pequenas narrativas que contemplam em sua composição elementos multimodais (linguísticos e imagéticos) e têm como propósito comunicativo fomentar a crítica e a reflexão, frequentemente utilizando uma linguagem irônica com vistas à produção de humor. Surgiram, inicialmente, publicadas em páginas internas de jornais, sendo, portanto, uma presença cotidiana na vida dos leitores (Lins, 2009).

Não obstante, desenvolver a competência em leitura e mostrar como esse tratamento pode ser abordado em sala de aula é um dos grandes desafios teórico-metodológicos nos estudos da linguagem. Em vista disso, selecionamos para trabalhar, neste artigo, o gênero tirinha ou tiras (da *Mafalda*) e o gênero crônica jornalística (de Verissimo), gêneros discursivos que utilizam implícitos como estratégia de argumentação na construção do humor e que podem ser fortes aliados para trabalhar as questões de leitura e interpretação, em sala de aula, uma vez que envolvem situações cotidianas na sociedade e podem evidenciar a argumentação que se dá por implícitos.

3.1.2 Uma análise dos implícitos: tiras de *Mafalda* à luz da Teoria Semiolinguística

As tirinhas são exemplos prototípicos de textos multimodais, por apresentarem conteúdo linguístico e imagético. O aspecto estrutural do gênero discursivo tirinha é composto pelas sequências de quadros representando cognitivamente o *Modo narrativo*. Esse *modo*, por seu turno, frequentemente está a serviço da argumentatividade do texto.

Nas tiras cômicas, o sentido construído tem de resultar na produção do humor, uma vez que essa é a principal esfera na qual está inserido o propósito comunicativo do gênero. Nesse gênero, a comicidade é oriunda justamente da qualidade de captação dos elementos contextuais inferidos e da articulação com as pistas textuais para se criar, a partir de experiências do mundo real (biossocial), um mundo representado, que nasce e se constitui no texto como local de interação (Gouvêa; Pauliukonis; Monnerat, 2017). Para isso, é preciso que os interlocutores compartilhem minimamente as experiências sociais e culturais, evitando a perda de informações e a não concretização do sentido.

Selecionamos as tirinhas da *Mafalda* – personagem criada pelo cartunista argentino Joaquín Salvador Lavado (1964 - 1973), mais conhecido como Quino – porque continuam mais atuais do que nunca. Tendo em vista a intenção de abordar a problemática social, sugere críticas, levanta julgamentos e trabalha com implícitos na construção de sentidos.

Com momentos de muito humor, perpassados por uma visão crítica da sociedade contemporânea, *Mafalda* – uma menina de seis anos, que se recusa a aceitar o mundo como ele é – é representada por Quino como uma anti-heroína, tendo em vista que “não aparece para salvar pessoas ou resolver os problemas, aparece para criticar comportamentos e situações e pôr a sociedade em questionamento” (Lins, 2009, p. 85). A protagonista contracena com outros personagens, dentre os quais destacamos: Manolito, Susanita, Miguelito, sempre de forma questionadora, tecendo críticas sociais.

Nosso estudo, baseado na perspectiva da TSD, considera o caráter psicossocial do ato de comunicação. Levando em conta uma análise qualitativa e interpretativa, no sentido de observar os elementos linguísticos, imagéticos e as relações entre as personagens, busca descrever o ato de comunicação irônico com valor discursivo-argumentativo. É o que podemos observar na tirinha 1 (Figura 1).

Figura 1 – HQ Mafalda 1



Fonte: Página Tirinhas da Mafalda no Facebook. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/TirinhasDaMafaldaBr/photos/a.346009278796217/1953197954744000/?type=3>. Acesso em: 07 ago. 2022.

Na tirinha 1, Mafalda contracenava com Manolito, que chama a atenção dela por estar concentrado na leitura de um recorte de jornal – debaixo de uma árvore, no quintal –, o que desperta a curiosidade da protagonista, tendo em vista que, em vez de brincar, Manolito prefere ficar entretido com a leitura do texto. Manolito, por sua vez, sem sequer tirar os olhos do jornal, responde à amiga que se trata de “as cotações do mercado de valores”. A seguir, no terceiro quadrinho, Mafalda indaga quais seriam os valores e enumera aqueles que, para ela, são importantes numa sociedade. Somente nesse momento, ao ouvir a enumeração dos valores apresentados por Mafalda, Manolito vira o rosto na direção da protagonista e, em seguida, torna a fixar os olhos no jornal, discordando, implicitamente, dos valores defendidos por ela.

Esse ato de linguagem, por sua vez, é composto por uma dimensão explícita e uma dimensão implícita. Na dimensão explícita, temos as imagens, os diálogos (balões), enfim, símbolos e textos dispostos na sequência dos quadros representados: “Tal dimensão é tida como incompleta, pois a significação não fica restrita apenas aos recursos discursivos presentes no material” (Linhares, 2021, p. 95).

Podemos verificar, no último quadrinho, que Manolito ao responder “Não, dos valores que servem para alguma coisa”, deixa implícito que os valores enumerados por Mafalda não servem para nada, isto é, para ele somente importam os valores do mercado.

Baseando-nos na TSD, verificamos que o ato comunicativo, na tirinha 1, realiza-se a partir de dois processos comunicativos: o circuito interno – que ocorre entre os sujeitos presentes na historinha encenada (Mafalda e Manolito) –, no qual se têm as representações linguageiras das práticas sociais, correspondendo a uma representação discursiva; e o circuito externo, que é ligado à imagem dos sujeitos “reais” em contexto psicossocial, correspondendo à representação de fato da situação de comunicação (Charaudeau, 2008).

No circuito externo, temos o sujeito comunicante [EUC], ser social, o cartunista criador da Mafalda, Quino, e o sujeito interpretante [TUi], o receptor/o leitor – instância situacional; já no espaço interno, temos os seres de fala: o sujeito enunciador [EUE], Mafalda e Manolito, e o sujeito destinatário [TUD], leitor ideal – instância discursiva. É o contrato social que se estabelece entre [EUC] e o [TUi], no que diz respeito aos saberes partilhados, que vai propiciar a compreensão da intencionalidade irônica da tirinha. Neste caso, a ironia apresenta-se como uma estratégia discursivo-argumentativa de denúncia social, que evoca a reflexão do [TUi] para os valores que, segundo a protagonista, realmente importam, mas que, na fala de Manolito, são desvalorizados, já que ele prioriza os valores da cotação do mercado financeiro em detrimento dos valores sociais defendidos por Mafalda.

Nesse sentido, podemos pensar que a resposta dada por Manolito, no último quadrinho, à pergunta de Mafalda provoca uma quebra de expectativa, o que leva ao humor. Ou seja, Mafalda faz uma crítica social implícita em sua fala ao enumerar os valores que, de acordo com ela, de fato importam: morais, espirituais, artísticos e humanos; no entanto, estes não servem para nada, como ficou implícito (subentendido) no último quadrinho, de acordo com a resposta de Manolito.

Vejamos a tirinha 2 (Figura 2).

Figura 2 – HQ Mafalda 2



Fonte:

Site Descomplica. Disponível em: <https://descomplica.com.br/artigo/aprenda-com-as-tirinhas-da-mafalda-sobre-politica-e-cidadania/453/>. Acesso em: 07 ago. 2022.

Na tirinha 2, diferentemente da tirinha 1, são apresentados apenas três quadrinhos, mas com um número maior de interactantes. Logo no primeiro quadrinho, é apresentada uma situação inusitada que, pela quebra da expectativa, provoca humor. Quando a mãe de Mafalda pergunta à filha e aos coleguinhas do que estão brincando, eles respondem, em uníssono, que estão brincando “de governo”, brincadeira inesperada em se tratando de crianças. Destacamos, ainda, que não há absolutamente nada sobre a mesa na qual os personagens estariam brincando, pois a mesa está limpa e completamente vazia, fato que causa estranhamento. Se estavam

brincando de governo, deveria haver muitos papéis sobre a mesa. Vemos, então, encaminhados os sentidos que serão produzidos implicitamente a partir dos demais quadrinhos, sentidos esses que dizem respeito a uma crítica social.

No segundo quadrinho, estão enquadradas apenas Mafalda e sua mãe, que a adverte diretamente para que não façam bagunça. No terceiro quadrinho, reaparecem em cena as quatro personagens, estando um dos meninos com as pernas sobre a mesa, e todos de olhos fechados. Neste último quadrinho, Mafalda responde à sua mãe, com o semblante cerrado: “não se preocupe, não vamos fazer absolutamente nada”. Essa resposta veicula um conteúdo implícito, isto é, vai ao encontro de imaginários sócio-discursivos presentes nas sociedades, dentre os quais “os governos não fazem nada”. Vale observar que parte do material linguístico, contido no balão que representa a fala de Mafalda, aparece em negrito, corroborando o sentido implícito na construção discursivo-argumentativa.

Assim, conforme a TSD, no contrato de comunicação, temos, no circuito interno da tirinha, os sujeitos de fala [EUE] e [TUd] – na instância discursiva – e no circuito externo os sujeitos sociais [EUC] e [EUi] – instância situacional. Dito isso, podemos inferir que as circunstâncias que estão relacionadas diretamente à dimensão implícita evocam um conjunto de saberes que circulam entre os protagonistas do ato de linguagem. Esses conhecimentos partilhados acerca da política, construídos no discurso entre o [EUE] e o sujeito [TUd], revelam tanto a intencionalidade do [EUC], que se vale dos recursos linguístico-discursivos, a fim de causar uma reflexão e persuadir o [TUi]/leitor, que partilha do mesmo contexto sociopolítico, quanto uma crítica em relação ao governo de então.

3.1.3 Argumento do excesso: uma outra técnica argumentativa por implícitos na crônica de Veríssimo

Relacionado a figuras de linguagem, como a metáfora, a metonímia e a hipérbole, o argumento do excesso, de acordo com Fiorin (2015, p. 222), tem por objetivo “exagerar retoricamente um ponto de vista com a finalidade de levá-lo à aceitação” do interlocutor.

Neste trabalho, investigaremos como o excesso é construído, em especial, através da hipérbole, figura que trabalha com um aumento da intensidade semântica do enunciado, isto é, que o apresenta de forma bem acima ou abaixo do que de fato é, não com o propósito de enganar, mas de chamar a atenção, de persuadir ou de convencer o destinatário sobre algo que se crê ser verdade (cf. Charaudeau; Maingueneau, 2004).

Como exemplo dessa estratégia, apresentamos, abaixo, a crônica *Aprenda a chamar a polícia*, de Luís Fernando Verissimo, em que o efeito de humor é construído a partir do exagero, do excesso.

Aprenda a chamar a polícia²

Eu tenho o sono muito leve, e numa noite dessas notei que havia alguém andando sorrateiramente no quintal de casa. Levantei em silêncio e fiquei acompanhando os leves ruídos que vinham lá de fora, até ver uma silhueta passando pela janela do banheiro. Como minha casa era muito segura, com grades nas janelas e trancas internas nas portas, não fiquei muito preocupado, mas era claro que eu não ia deixar um ladrão ali, espiando tranquilamente. Liguei baixinho para a polícia, informei a situação e o meu endereço. Perguntaram-me se o ladrão estava armado ou se já estava no interior da casa. Esclareci que não e disseram-me que não havia nenhuma viatura por perto para ajudar, mas que iria mandar alguém assim que fosse possível. Um minuto depois, liguei de novo e disse com a voz calma: - Oi, eu liguei há pouco porque tinha alguém no meu quintal. Não precisa mais ter pressa. Eu já matei o ladrão com um tiro de escopeta calibre 12, que tenho guardada em casa para estas situações. O tiro fez um estrago danado no cara! Passados menos de três minutos, estavam na minha rua cinco carros da polícia, um helicóptero, uma unidade do resgate, uma equipe de TV e a turma dos direitos humanos, que não perderiam isso por nada neste mundo. Eles prenderam o ladrão em flagrante, que ficava olhando tudo com cara de assombrado. Talvez ele estivesse pensando que aquela era a casa do Comandante da Polícia. No meio do tumulto, um tenente se aproximou e disse: - Pensei que tivesse dito que tinha matado o ladrão. Eu respondi: - Pensei que tivesse dito que não havia ninguém disponível.

A crônica é um gênero de caráter informal que utiliza como base de seu discurso argumentativo fatos relacionados ao cotidiano das atividades humanas e que pode ser caracterizada como um texto de teor passageiro, de divagações pessoais, que faz uso de uma linguagem que se situa na fronteira entre o atual e o literário (cf. Ritter, 2009). Segundo Candido (1992, p. 15), “a fórmula moderna, onde entra um fato miúdo e um toque humorístico, com o seu *quantum satis* de poesia, representa o amadurecimento e o encontro mais puro da crônica consigo mesma”.

De caráter desprezioso, insinuante, intimista e revelador, esse gênero busca adequar-se à sensibilidade de todo dia, transformando, por meio da palavra, a efemeridade em perenidade e, com isso, cativando e envolvendo seus leitores: “a crônica cumpre com essa função jornalística de entretenimento, e é por isso que também apresenta uma natureza literária, pois o cronista recria o fato cotidiano por meio da leveza, da beleza, da poesia, da crítica, do humor” (Ritter, 2009, p. 10-11). Essa última característica da crônica, considerada um dos traços marcantes desse gênero – que combina jornalismo e literatura – retrata valores e problemas que perpassam a sociedade com o propósito não de julgar ou de censurar, mas de

² VERISSIMO, Luís Fernando. **Aprenda a chamar a polícia**. Disponível em: <https://www.itatiaia.com.br/blog/jose-lino-souza-barros/aprenda-a-chamar-a-policia-texto-de-luis-fernando-verissimo>. Acesso em: 18 jun. 2022.

fazer uma crítica ou reflexão sobre a condição humana, suas relações, comportamentos, conflitos e estereótipos.

Nas crônicas de Verissimo, o humor, ora irônico, ora sarcástico, é um recurso frequente, uma estratégia que chama o leitor para si, inserindo-o em uma realidade textual que (re)cria situações aparentemente insignificantes do mundo real, transformando-as em um importante material de análise, de crítica e de reflexão (cf. Santos; Andrade, 2019). Dentre as múltiplas estratégias de construção desse efeito, selecionamos uma de ordem discursivo-argumentativa: o argumento do excesso, que, por meio de figuras como a hipérbole, busca convencer e persuadir o interlocutor acerca de um determinado ponto de vista.

A TSD, perspectiva que adotamos em nossa análise, defende que o sujeito falante, ao produzir um ato de fala, projeta uma imagem de si no discurso. Essa imagem, segundo essa teoria, é estudada a partir de dois pontos de vista – situacional e linguístico –, os quais, por sua vez, estão diretamente relacionados aos princípios da *alteridade* e *identidade*. Partiremos, pois, desses conceitos, já discutidos previamente, em nossa análise.

Luis Fernando Verissimo, o cronista, é o sujeito produtor do ato de comunicação, já nós, leitores, somos o sujeito alvo desse ato. Ao partilharmos saberes e experiências em comum, (re)conhecemo-nos como semelhantes e, ao desempenharmos papéis diferentes – Verissimo como escritor e nós como leitores –, (re)conhecemo-nos como diferentes. Verissimo, como sujeito do ato, assume duas identidades: uma *social*, relacionada à figura de um senhor de oitenta e cinco anos, nascido em Porto Alegre (RS), escritor, humorista, cartunista e tradutor; outra *discursiva*, relacionada ao modo como essa entidade subjetiva, por meio da palavra, partilha sua concepção de mundo, impressões e experiências, construindo, assim, uma imagem para si próprio, para as pessoas e os objetos com que se relaciona.

Dessas duas identidades, encontram-se quatro sujeitos: dois ligados aos sujeitos sociais, os seres do “fazer”, os parceiros: o [EUC], Verissimo, o cronista, e o [TUi], nós, leitores, ambos do mundo real; e dois ligados aos sujeitos discursivos, seres da “fala”, protagonistas do “dizer”: o [EUe], imagem idealizada do escritor/falante, e o [TUd], imagem idealizada do leitor/ouvinte, ambos projetados e construídos no discurso.

Nessa crônica de Verissimo, o [EUC], ao produzir atos de linguagem, constrói a representação de uma personagem que narra e descreve um episódio em que teve sua casa invadida por um ladrão e precisou chamar a polícia. Vale destacar que essa representação é a imagem do [EUe] criada e projetada no discurso pelo [EUC], não se confundindo, pois, uma entidade com a outra. Esse [EUe] dirige-se a um [TUd], leitor idealizado, contando, inicialmente, que, quando sua casa foi invadida, no meio da noite, por um ladrão, sua primeira atitude foi

comunicar à polícia sobre a situação, para que ela pudesse tomar as devidas providências. No entanto, em vez de atender prontamente ao chamado, a polícia, após ouvir que o ladrão não estava armado, nem no interior da residência, informa que “não havia nenhuma viatura por perto para ajudar, mas que iria mandar alguém assim que fosse possível”.

Percebendo que a polícia não iria aparecer, a personagem resolve adotar uma estratégia diferente: exagerar em sua próxima ligação, de modo que não restasse outra saída para a polícia a não ser atender ao seu chamado e comparecer à sua casa: “Oi, eu liguei há pouco porque tinha alguém no meu quintal. Não precisa mais ter pressa. Eu já matei o ladrão com um tiro de escopeta calibre 12, que tenho guardada em casa para estas situações. O tiro fez um estrago danado no cara!”. Como a própria personagem narra, não foram necessários nem três minutos para que não só a polícia, como também um helicóptero, uma unidade de resgate, uma equipe de TV e a turma dos direitos humanos aparecessem.

O [EUC], então, a partir de estratégias linguístico-discursivas, constrói uma imagem para si como [EUE] e outra para os leitores como [TUD], relatando a aparente despreocupação da polícia e a sua chegada tardia. Junto deste processo de produção, há o de interpretação, no qual o [TUI], isto é, o leitor real, de “carne e osso”, elabora uma imagem para o [EUE] através do (re)conhecimento dessas estratégias, formulando, com isso, hipóteses sobre quem seja de fato esse [EUC], no caso, o escritor da crônica (Pauliukonis; Gouvêa, 2012).

Em *Aprenda a chamar a polícia*, o objetivo do [EUC] é que o [TUI], por meio do discurso do [EUE], desperte para o problema que está sendo apresentado, de modo implícito, a saber, a polícia nunca chega na hora certa. Foi necessário que o [EUE] tecesse um argumento de excesso – já matou o ladrão com tiro de escopeta –, conforme Fiorin (2015), para chamar a atenção da segurança pública. Ou seja, o modo pelo qual o [EUE] chama a atenção do [TUD] é por meio da argumentação por excesso, utilizando hipérbolos para essa finalidade: “[...] Não precisa mais ter pressa. Eu já matei o ladrão com um tiro de escopeta calibre 12, que tenho guardada em casa para essas situações. O tiro fez um estrago danado no cara!”. Logo, temos um conteúdo implícito: se a polícia não tivesse pensado que o ladrão tinha sido morto pelo dono da casa, não teria aparecido.

Desse modo, partindo do mundo discursivo, o [TUI] levanta uma hipótese de que no mundo real, do qual o [EUC] faz parte, o fato de a polícia só atender a um chamado depois que o pior já aconteceu ser um evento recorrente, já esperado até. Veríssimo, o [EUC], portanto, chama a atenção dos leitores, [TUI], para esse comportamento cotidiano, utilizando-se do argumento do excesso, o qual colabora para a construção do humor sarcástico, observado em especial nas linhas finais da crônica (“No meio do tumulto, um tenente se aproximou e disse: - Pensei que tivesse dito que tinha matado o ladrão. Eu respondi: - Pensei que tivesse dito que não havia

ninguém disponível.”), recurso empregado como material de análise, de crítica e de reflexão desse mesmo evento.

Considerações finais

Nossa análise observou que, nos gêneros tirinha e crônica, os atos de linguagem são compostos pelas dimensões explícita e implícita. Nas tirinhas, a dimensão explícita surge através de desenhos, diálogos, símbolos e textos dispostos na sequência dos quadros representados, enquanto a dimensão implícita emerge por meio do conhecimento de mundo do leitor e das circunstâncias do discurso. As situações são marcadas pelos personagens, os quais representam os discursos que emanam da sociedade atual.

Na crônica, por sua vez, o jogo de explícitos e implícitos também se verifica, mas de modo diferente. As tirinhas, por serem constitutivamente textos multimodais, apresentam um alto grau de implicitude, uma das características do gênero. Já a crônica, por recriar uma situação cotidiana com um toque poético, de modo a transformá-la em um material de análise, e por conter uma porção textual verbal muito maior, apresenta o predomínio de estratégias que trabalham com um grau de explicitude maior, como o argumento do excesso. Isso porque é através de figuras como a hipérbole que o [EUC] chama a atenção do [TUi] para o evento sobre o qual deseja fazer uma crítica ou reflexão.

Para além dos recursos explícitos, observou-se, também, na crônica, o uso de implícitos, provocando um efeito de humor. No caso da crônica, o conteúdo implícito foi veiculado pela própria estratégia do excesso, do exagero, o que produziu humor sarcástico, caracterizando-se pelo tom de mordacidade, zombaria e provocação. Nas tirinhas, por sua vez, o conhecimento de mundo e os conhecimentos partilhados foram determinantes para a construção dos sentidos. Assim, seja em maior, seja em menor grau, nossa análise demonstrou que o uso dos implícitos, como estratégia discursivo-argumentativa, está presente em ambos os gêneros.

Referências

- CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. **A força das palavras: dizer e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CANDIDO, Antônio. A vida ao rés-do-chão. In: CANDIDO, Antonio et al. **Crônica: o gênero e sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p. 13-22. Disponível em: <https://edisdisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=3234849&forceview=1>. Acesso em: 09 ago. 2022.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. Tradução: Ângela Maria da Silva Corrêa. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GAVAZZI, Sigrid (org.). **Da língua ao discurso: reflexões para o ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 11-29.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e Discurso: modos de organização**. Tradução e adaptação: Ângela Maria da Silva Corrêa et al. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução: Angela Maria da Silva Corrêa. São Paulo: Contexto, 2013.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. Tradução: Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

FIORIN, José Luiz. A linguagem em uso. In: FIORIN, José Luiz (org.). **Introdução à Linguística I. Princípios de análise**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 165-185.

FIORIN, José Luiz. Argumentos que fundamentam a estrutura do real. In: FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 185-230.

GOUVÊA, Lúcia Helena Martins; PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; MONNERAT, Rosane. Texto, cotexto e contexto: processos de apreensão da realidade. In: MARQUESI, Sueli Cristina; PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; ELIAS, Vanda Maria et al. (org.). **Linguística Textual e ensino**. São Paulo: Contexto, 2017. p. 48-68.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça. **As tramas do texto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LINHARES, Camila Magalhães. As tirinhas de Armandinho sob a perspectiva Semiolinguística: circunstâncias de discurso e ato de linguagem. **Form@re**, v. 9, n. 2, jul./dez. 2021, p. 89-102. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/parfor/article/view/13355>. Acesso em: 14 ago. 2022.

LINS, Maria da Penha Pereira. A ironia na construção do processo de criação do humor: uma análise de atos de linguagem de confronto em tiras de Mafalda. **SABERES Letras**, Vitória, v. 7, n. 1, p. 75-101, 2009. Disponível em: <https://docplayer.com.br/4387119-Linguistica-lingua-literatura.html>. Acesso em: 10 ago. 2022.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção Textual, Análise de Gêneros e Compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GOUVÊA, Lúcia Helena Martins. Texto como discurso: uma visão semiolinguística. **Desenredo**, v. 8, n. 1, jan./jun. 2012, p. 49-70. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/2638>. Acesso em: 02 ago. 2022.

PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; Maria Cristina Vieira. O modo de organização enunciativo no gênero artigo de opinião. **Confluência**, Rio de Janeiro: Linceu Literário Português, n. 60, p. 81-104, 2021. Disponível em: <https://www.revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/416>. Acesso em: 06 ago. 2022.

PERELMAN, Chaïm.; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Tradução: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RITTER, Lilian Cristina Buzato. Gênero discursivo crônica: um estudo do contexto de produção. **V SIGET - Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais**. Caxias do Sul, 2009. p. 1-17. Disponível em:

https://www.ucs.br/ucs/tplSiget/extensao/agenda/eventos/vsiget/portugues/anais/textos_autor/arquivos/genero_discursivo_cronica_um_estudo_do_contexto_de_producao.pdf. Acesso em: 09 ago. 2022.

SANTOS, Leonor Werneck dos; ANDRADE, Fernanda. Referenciação e humor no ensino de língua portuguesa. **Interdisciplinar**, São Cristóvão, v. 31, p. 11-24, 2019. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/interdisciplinar/article/view/11484>. Acesso em: 09 ago. 2022.